

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PAMELA UGGIONI DE OLIVEIRA

**GESTÃO DE CAPITAL DE GIRO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO
RAMO INDÚSTRIAL METAL MECÂNICO**

**CRICIÚMA
2015**

PAMELA UGGIONI DE OLIVEIRA

**GESTÃO DE CAPITAL DE GIRO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO
RAMO INDÚSTRIAL METAL MECÂNICO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Esp. Realdo de Oliveira da Silva

CRICIÚMA

2015

PAMELA UGGIONI DE OLIVEIRA

**GESTÃO DE CAPITAL DE GIRO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO
RAMO INDÚSTRIAL METAL MECÂNICO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 15 de Junho de 2015. (data da defesa)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Realdo de Oliveira da Silva - (UNESC) - Orientador

Prof. Valcir Mantovani - (UNESC) - Examinador

Dedico este trabalho à minha família, namorado e amigos, que nunca mediram esforços pra me apoiar e sempre me deram força, coragem e constante apoio para seguir em busca de meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, por ter me dado forças em meio a tantas dificuldades, pela proteção que tem me dedicado em todos esses anos. Por ter me guiado e iluminado nas decisões mais difíceis e por ter me possibilitado mais uma, de muitas vitórias.

A minha família, pelo apoio nas horas em que mais precisei pelo exemplo de determinação e superação, pelos conselhos e ensinamentos que me fizeram quem eu sou. Aos meus amigos e colegas de trabalho pela paciência, compreensão, pelas risadas e pela presença em muitas situações que marcaram nosso trajeto.

Aos companheiros de faculdade, por todo companheirismo e pelos bons momentos durante esta jornada difícil, em especial ao meu namorado Filipe, por sempre estar do meu lado me apoiando, dando força e motivação para eu nunca desistir.

Ao meu orientador Realdo, que com muita responsabilidade, dedicação e paciência não mediu esforços para me auxiliar na elaboração deste trabalho, compartilhando seu conhecimento, e colaborando para a conclusão desta etapa de crescimento da minha vida. Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para esta conquista.

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível”.

Charles Chaplin

OLIVEIRA, Pâmela Uggioni. **Gestão do capital de giro: um estudo de caso numa empresa do ramo industrial metal - mecânico 2015**. 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Santa Catarina. 2015.

RESUMO

Este trabalho consiste na apresentação de uma análise com base nos demonstrativos contábeis e financeiros no momento da gestão e necessidade do capital de giro em uma empresa do ramo industrial metal – mecânico. Este assunto tem como objetivo geral analisar a gestão do capital de giro na empresa do ramo Industrial – metal mecânico. Para a realização deste estudo foi necessário uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso, onde serão abordados no referencial teórico os principais variáveis que influenciam no capital de giro, os demonstrativos contábeis que analisam o capital de giro e os principais indicadores para análise financeira e econômica do capital de giro. Através do estudo de caso será realizado uma análise do triênio 2012/2014 das demonstrações financeiras da empresa, mensurando e comparando os três anos demonstrando assim a gestão e a necessidade de capital de giro da organização. Os resultados da empresa apresentam índices satisfatórios tais como: índices de liquidez, índice de endividamento e prazos médios, e sua NCG apresenta capital circulante líquido positivo. Em relação aos resultados percebe-se que no decorrer dos anos o crescimento dos índices de liquidez aumentaram devido as estratégias comerciais que a empresa realizou, os índices de endividamento reduziram devido a quitação de empréstimos e a NCG foi positiva significando que a empresa pode encontrar financiamentos que possa ajudar em suas finanças. Desta forma pode-se concluir que é importante as análises com base nos demonstrativos financeiros, pois as mesmas evidenciam a necessidade de capital de giro da empresa, ou seja se a empresa necessita ou não procurar recursos de terceiros.

Palavras-chave: Gestão. Capital de Giro. NCG.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Balanço Patrimonial	23
Quadro 2 – Demonstração do Resultado	28
Quadro 3 – Modelo de Fluxo de Caixa Indireto	30
Quadro 4 – Modelo de Fluxo de Caixa Direto	31
Quadro 5 – Índice de Liquidez Corrente.....	34
Quadro 6 – Liquidez Seca	34
Quadro 7 – Liquidez Geral	35
Quadro 8 – Liquidez Imediata	36
Quadro 9 – Composição do Endividamento	37
Quadro 10 – Participação de Capital de Terceiros.....	38
Quadro 11 – Endividamento Total.....	38
Quadro 12 – Rentabilidade do Ativo.....	39
Quadro 13 – Rentabilidade do Patrimônio Líquido	40
Quadro 14 - Modelo Fleuriet.....	41
Quadro 15 - Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (PMPF).....	42
Quadro 16 - Prazo Médio de Cobrança (PMC)	43
Quadro 17 - Prazo Médio de Estocagem (PME)	44
Quadro 18 – Ebitda x DRE	44
Quadro 19 – Necessidade de Capital de Giro	56
Quadro 20 – Prazos Médios da Atividade	59
Figura 1 - Modelo de Rolos	49
Figura 2 - Modelo de Cavaletes	49
Figura 3 - Modelo de Tambor	50
Gráfico 1 – Indicadores de Liquidez	57
Gráfico 2 – Indicadores de Endividamento.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise Horizontal/Vertical do Ativo	53
Tabela 2 – Análise Horizontal/Vertical do Passivo	53
Tabela 3 – Análise Vertical/Horizontal do DRE	54
Tabela 4 – Fluxo de Caixa.....	55
Tabela 5 – Ebtida	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CTN - Código Tributário Nacional

FGTS – Fundo de Garantia Tempo de Serviço

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IR – Imposto de Renda

CS - Contribuição Social

DRE – Demonstrativo do Resultado

ST – Saldo Tesouraria

CCL – Capital Circulante Líquido

NCG – Necessidade de Capital de Giro

PMPF - Prazo médio de pagamento a fornecedores

PMC - Prazo médio de cobrança

PME - Prazo médio de estocagem

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA E PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 INTRODUÇÃO AO CAPITAL DE GIRO	16
2.1.1 Origem	16
2.1.2 Risco x Retorno na Administração do Capital de Giro	16
2.1.3 O Fluxo de Caixa	17
2.2 CAPITAL DE GIRO	18
2.2.1 Necessidade de capital de giro - NCG	18
2.2.2 Saldo de Tesouraria	19
2.3 AS VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM O CAPITAL DE GIRO	20
2.3.1 Valores a Receber	20
2.3.2 Estoques	20
2.3.3 Fornecedores	21
2.3.4 Impostos	21
2.3.5 Salários e Encargos Sociais	22
2.4 ANÁLISE DO CAPITAL DE GIRO A PARTIR DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	22
2.4.1 Balanço Patrimonial	22
2.4.1.1 Ativo circulante	24
2.4.1.2 Ativo não circulante	24
2.4.1.3 Passivo Circulante.....	25
2.4.1.4 Passivo Não Circulante	26
2.4.1.5 Patrimônio Líquido.....	26
2.4.2 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	27
2.4.2.1 Fluxo de Caixa.....	29
2.4.2.2 Fluxo de Caixa Indireto.....	30
2.4.2.3 Fluxo de Caixa Direto	31
2.4.3 Análise Horizontal.....	32
2.4.3.1 Análise Vertical.....	32

2.5 INDICADORES ECONÔMICOS – FINANCEIROS	33
2.5.1 Liquidez Corrente	33
2.5.2 Liquidez Seca.....	34
2.5.3 Liquidez geral	35
2.5.4 Liquidez Imediata	35
2.6 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO	36
2.6.1 Composição de Endividamento	37
2.6.2 Participação de Capital de Terceiros.....	37
2.6.3 Endividamento Total	38
2.7 INDICADORES DE RENTABILIDADE	39
2.7.1 Rentabilidade do Ativo.....	39
2.7.2 Rentabilidade do Patrimônio Líquido	40
2.7.3 Método Flueriet.....	40
2.8 PRAZOS MÉDIOS.....	42
2.8.1 Prazo médio de pagamento a fornecedores – PMPF	42
2.8.2 Prazo Médio de Cobrança – PMC.....	43
2.8.3 Prazo Médio de Estocagem – PME	43
2.9 EBTIDA	44
3 METODOLOGIA	46
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	46
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	46
4 ETAPA DO ESTUDO	48
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	48
4.1.2 Produtos e Serviços.....	48
4.2 CLIENTES.....	50
4.3 FORMA DE TRIBUTAÇÃO	51
4.4 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	52
4.4.1 Balanço Patrimonial	52
4.2.3 DRE.....	54
4.2.4 Fluxo de Caixa Indireto	55
4.3 ANÁLISE DE DESEMPENHO	56
4.3.1 Necessidade de Capital de Giro	56
4.3.2 Comentário e Desempenho sobre NCG	57
4.3.3 Indicadores	57

4.3.4 Prazos.....	59
4.3.5 Ebtida	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresenta-se o tema, problema e os objetivos, tendo como foco a gestão do capital de giro. Na sequência aborda justificativa onde se evidencia a importância do estudo.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Para gerir com maior eficácia uma empresa, os gestores precisam de informações contábeis e financeiras que contribuem para permanência e crescimento no mercado, pois em meio à tantos benefícios vêm a concorrência entre as empresas e a dificuldade de permanência de forma competitiva. Diante disso, constata-se a necessidade de um planejamento, análise e ferramentas para obter assim, resultados rápidos e confiáveis e ajudar na gestão de recursos.

Entre as ferramentas de gestão, temos o balanço patrimonial, que permite ao gestor analisar a situação da empresa em um determinado período. A Demonstração do Resultado de Exercício que demonstra se a empresa está obtendo lucro ou prejuízo, e o fluxo de caixa que permite ao administrador visualizar a situação financeira da empresa quanto aos recebimentos e pagamentos efetuados pela mesma. Dentre essas ferramentas, destaca-se também um dos instrumentos mais utilizados pelo administrador financeiro, o cálculo do giro. Através dele é possível visualizar as necessidades da empresa em recursos financeiros que são dedicados ao ciclo operacional, seguindo, neste mesmo contexto destaca-se a gestão do capital de giro, que se não for bem controlado pode se tornar um fator de desequilíbrio em muitas empresas.

Para que a instituição possua um bom capital de giro, a mesma tem que ser bem administrada, pois assim terá um desempenho operacional e um bom equilíbrio financeiro, permitindo um melhor entendimento da aplicação e gerenciamento dos recursos, pois não basta possuir um bom capital giro, tem que saber administrá-lo.

Com base neste contexto surge o seguinte questionamento: Quais são as variáveis que influenciam na gestão do capital de giro numa empresa do ramo industrial metal mecânico?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Com base no problema apresentado o objetivo geral deste estudo consiste em analisar a gestão do capital de giro na empresa do ramo Industrial – metal mecânico.

Os objetivos específicos elencados para este estudo são:

- ✓ Pesquisar em literaturas específicos aspectos relacionados à gestão do capital de giro;
- ✓ Realizar um diagnóstico da empresa pesquisada usando verificar as políticas adotadas nas gestões de disponibilidades, contas a receber, contas a pagar e estoques.
- ✓ Aplicar um estudo de caso propondo sugestões para a empresa, com o intuito de apontar ferramentas e metodologias necessárias para o bom controle de capital na empresa pesquisada;

1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância deste assunto evidencia-se pela sustentabilidade econômica e a evolução que o capital de giro pode conceder às organizações. Diante disso, vale ressaltar que as instituições devem estar atentas às constantes mudanças e se adaptar de acordo com as transformações. A ausência de um controle de capital é motivo de desconforto para muitos gestores, assim a necessidade de sequenciamento dos recursos financeiros torna-se essencial para o alcance dos objetivos e para obtenção de bons resultados.

O capital de giro ajuda nas decisões para o sucesso dos negócios da empresa, pois possui relevância no desempenho das atividades operacionais. Segundo Wegner e Cerentini (2007, p. 74), “uma empresa pode até operar sem lucro por um longo período de tempo, mas não sobreviverá se não tiver capital de giro necessário para manter suas operações de curto prazo”.

A gestão do capital de giro pode influenciar a liquidez, a capacidade de pagamento e a rentabilidade da empresa. O administrador financeiro pode gerenciar e analisar por meio do fluxo de caixa qual o melhor momento para compra e os prazos que poderão ser dados para a venda. Sendo que os mesmos também podem obter um controle de todos os recebimentos e pagamentos realizados na empresa.

Diante disso, esta pesquisa contribui de forma prática, pois procura mostrar como o gerenciamento do capital de giro é relevante nas organizações, e que se usá-lo corretamente auxilia no aumento da geração de lucratividade, gerando assim maior número de empregos e aumentando o desenvolvimento da sociedade.

Este estudo irá trazer contribuições para a empresa, pois poderá servir como base para gestão financeira, as quais vão encontrar dados que contribuirão para o crescimento empresarial e profissional. Vale ressaltar que além de contribuir nas empresas ele também irá servir para futuras pesquisas acadêmicas, as quais encontrarão dados e informações que contribuirão na melhoria do conhecimento pessoal.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção será apresentado os principais conceitos contábeis e financeiros, sendo que dentre eles serão descritos a administração financeira; as principais demonstrações contábeis; seus objetivos; os indicadores financeiros; a gestão do capital de giro, entre outros assuntos que darão base à este trabalho.

2.1 INTRODUÇÃO AO CAPITAL DE GIRO

2.1.1 Origem

O avanço da tecnologia e comunicação está proporcionando às empresas um crescimento econômico e financeiro, no entanto, junto com este benefício as mesmas encontram dificuldades de permanência no mercado devido ao crescimento da concorrência. Um dos grandes desafios da organização é fazer com que a mesma seja bem administrada e para isso, é necessário um planejamento e uma análise que obtenha resultados e ajude na gestão de recursos.

Catelli (2001, p. 26) cita que:

Gestão é na realidade, um grande processo de controle, que tem por objetivo assegurar a eficácia empresarial, atividade esta que tem sido caracterizada pelos teóricos da administração como um contínuo processo de tomada de decisões.

Diante disso, as empresas se viram obrigadas a utilizar instrumentos que pudessem ajudar na administração financeira, dentre eles, se destaca o capital de giro. O mesmo é responsável por permitir que a empresa possua um equilíbrio financeiro, suprimindo as necessidades da mesma de recursos financeiros, destinando-se ao ciclo operacional.

2.1.2 Risco x Retorno na Administração do Capital de Giro

Para Assaf Neto e Silva (2002) na administração do capital de giro, um dos grandes desafios da empresa é investir em patrimônios sem saber se haverá retorno financeiro positivo. Sendo assim, um dos meios para minimizar este risco é reduzindo seus custos promovendo maiores lucros maximizando assim o retorno financeiro.

Assaf Neto e Silva (2002, p.22) ainda citam que:

Para qualquer volume de atividade, quanto maior o montante de recursos aplicados em ativos correntes menor tende a ser a rentabilidade oferecida pelo investimento e, em contrapartida, menos ariscada se apresenta a política de capital de giro adotada. Nesta situação, revela-se maior imobilização de capital de giro (maior folga financeira), que promove retornos relativos inferiores aqueles apurados ao optar-se por um estrutura financeira de menor liquidez, com mais reduzido volume de capital de giro.

Diante disso, as empresas devem optar por um CCL, que lhe proporcione um nível de rentabilidade adequado, não podendo assim ter a possibilidade de decidir por uma liquidez alta e rentabilidade simultânea, conforme cita Assaf Neto (1997).

2.1.3 O Fluxo de Caixa

É a partir do fluxo de caixa que se pode classificar e identificar esses grupos de contas, pois um fluxo de caixa bem elaborado ajuda a identificar o significado dos grupos patrimoniais. (BROM, BALIAN, 2007).

Segundo Brom e Balian (2007, p. 62)

O processo de avaliação das necessidades e administração do capital de giro é indispensável que se classifiquem, a partir da estrutura patrimonial da empresa, os grupos de contas como Circulante Operacional, Financeiro e Permanente.

Brom e Balian (2007, p. 62) ainda explicam que,

O ponto de partida pode ser o caixa. Analisar a gestão de caixa significa estudar os fatores que influenciam sua movimentação de curto e longo prazo. Sua gestão adequada evidencia se a empresa gera recursos para financiar suas atividades, se tem capacidade de pagar suas dívidas, se sobram recursos para investimentos ou amortização de financiamentos.

A observação do fluxo de caixa antes da tomada de decisão permite avaliar a capacidade da empresa em quitar suas obrigações, além de ajudar no planejamento antes da negociação de empréstimos e financiamentos, demonstrando o momento e a quantidade certa. (SANTOS, 2010).

Santos (2010) ressalta que o fluxo de caixa mostra para a gestão do disponível, informações que não são possíveis de serem obtidas nas outras demonstrações contábeis.

2.2 CAPITAL DE GIRO

As empresas precisam de recursos para sustentar suas operações diárias e honrar com seus compromissos. Dentro da empresa o recurso circulante se renova a cada ciclo operacional, isto é, “[...] o valor inicial do capital de giro vai sofrendo acréscimo a cada transformação, de modo que, quando o capital retornar ao “estado de dinheiro”, [...] deverá estar maior do que o valor inicial.” (HOJI, 2000, p. 109).

Diante disso Brom, Balian (2007, p.55) afirmam que o “Capital de giro pode ser definido como o montante de recursos que a empresa precisa desembolsar antes de receber pela venda de seus produtos ou serviços, isto é, todos os pagamentos efetuados para manter a empresa funcionando até que receba de seus clientes.”

Já para Berti (2002, p. 172):

O capital de giro é o montante de recursos, destinados a aplicação dos meios, para fazer com que a empresa complete o ciclo operacional, ou seja, a aquisição da matéria-prima, do material secundário, sua transformação em produto acabado e a distribuição deles no mercado consumidor, reiniciando-se o ciclo.

Santos (2001) ainda explica que as empresas precisam observar os níveis de estoque que elas precisam manter para poder suprir seus gastos e obter lucros e que a quantidade de capital de giro usada pela mesma dependerá de seu crédito comercial e de seu volume de vendas.

2.2.1 Necessidade de capital de giro - NCG

Pode-se considerar a Necessidade de Capital de Giro o fator principal para a administração financeira de uma entidade, ela é a diferença entre o ativo circulante operacional e o passivo circulante operacional. Matarazzo (2010, p. 283) cita que a “necessidade de Capital de Giro, que designaremos NCG, é não só um conceito fundamental para a análise da empresa do ponto de vista financeiro, ou seja, análise de caixa, mas também de estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade”.

Blatt (2001, p.102) evidencia que a NCG “é a diferença entre os financiamentos dados e recebidos, espontâneos ou naturais e operacionais,

incidentes nas contas de curto prazo da empresa e que envolvam seu objeto social”. Martins, Diniz e Miranda (2014, p. 153) destacam que, “a Necessidade de capital de giro representa a parte o ativo operacional que não é financiada por passivos operacionais, devendo ser financiada por passivos financeiros de curto prazo ou por passivos não circulantes [...]”

Apresenta-se a fórmula aplicável ao cálculo da necessidade de:

$$\mathbf{NCG = Ativo Operacional - Passivo Operacional}$$

Desta forma, quando o ativo operacional for menor que passivo operacional, a empresa tem mais financiamentos do que investimentos, sendo que desta forma a mesma possui recursos das atividades operacionais que podem ser utilizadas para as aplicações financeiras. Já quando o passivo operacional for menor que o ativo operacional a empresa necessita de capital de giro, desta forma a mesma deverá procurar maneiras adequadas para empréstimos, conforme explica Matarazo (2010).

2.2.2 Saldo de Tesouraria

O saldo da tesouraria evidência o quanto de ativo financeiro a empresa tem para saldar os seus compromissos com terceiros. Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 154) citam que “o saldo em tesouraria é obtido pela diferença entre o ativo financeiro e passivo financeiro, que sinaliza a política financeira da empresa”.

Para Gimenes e Gimenes (2008, p.141), “essa variável identifica o grau de utilização de recursos de terceiros de curto prazo para financiar as necessidades líquidas de capital de giro da organização”.

O saldo de tesouraria pode ser calculado pela diferença entre o Capital Circulante Líquido e a Necessidade de Capital de Giro, conforme fórmula abaixo:

$$\mathbf{ST = CCL - NCG}$$

Vale ressaltar que para a empresa estar com um equilíbrio financeiro bom é necessário que o saldo de tesouraria esteja positivo, se o saldo de tesouraria for negativo a empresa necessitará de mais investimentos, a curto prazo, para financiar suas obrigações, já quando o saldo de tesouraria possuir uma folga financeira, ou seja, quando o saldo do mesmo for positivo, terá disponibilidades de recursos para financiar a necessidade de capital de giro.

2.3 AS VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM O CAPITAL DE GIRO

2.3.1 Valores a Receber

As contas a receber representam nas empresas uma das mais importantes contas dos ativos. Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p.78) as contas a receber são “valores a receber decorrentes de vendas a prazo de mercadorias e serviços a clientes, ou oriundas de outras transações”.

Silva (2001, p.104) ainda explica que as contas a receber,

Representa os valores a receber de clientes, decorrentes dos produtos, mercadorias ou serviços vendidos pela empresa e ainda não recebidos. O valor dessa conta é função do volume de vendas a prazo e do prazo concedido pela empresa e seus clientes. Portanto, normalmente, quando aumentam as vendas, cresce também o montante de duplicatas a receber.

Silva (2001) ainda explica que muitas empresas concedem aos seus clientes prazos maiores para gerar dupla pressão no crescimento dos valores a receber dos clientes, sendo que desta forma as mesmas ganham mercado ou seja aumentam suas vendas.

2.3.2 Estoques

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p.104) “os estoques estão intimamente ligados as principais áreas de operação das companhias e envolvem problemas de administração, controle, contabilização e, principalmente, avaliação”.

Assaf Neto (2012, p. 651) explica que,

Os estoques costumam manter uma participação significativa no total dos investimentos ativos da maior parte das empresas industriais e comerciais. Na realidade, por demandarem vultosos volumes de recursos (imobilizados) aplicados em itens de baixa liquidez, devem as empresas promover rápida rotação em seus estoques como forma de elevar sua rentabilidade e contribuir para a manutenção de sua liquidez. No entanto, esse objetivo requer atenções mais amplas, principalmente ao se procurar evitar que se estabeleçam volumes insuficientes para o atendimento de vendas.

Assaf Neto (2012) ainda cita que em regra geral para entender melhor de estoque depende fundamentalmente de como ele pode ser classificado, pois ele pode ser identificado de cinco tipos: Produtos Acabados; Material de Uso e Consumo; Matéria Prima; Material de Embalagem e Produtos em Elaboração.

2.3.3 Fornecedores

Para Silva (2001, p.120) “a conta de fornecedores representa as compras a prazo efetuadas pela empresa. Tais compras compreendem as mercadorias, as matérias-primas, os componentes utilizados na produção e outros materiais de consumo”.

Silva (2001, p.120) ainda cita que,

Nos casos de fornecedores de ativos permanentes, o ideal é que esse tipo de dívida seja separado das obrigações relativas as compras de mercadorias, produtos, matérias-primas ou componentes voltados para comercialização ou produção. De certo modo, é raro encontrarmos fornecedores de máquinas ou equipamentos (bens do imobilizado), uma vez que em tais compras, quando de valores expressivos, normalmente, a empresa recorre a linhas de financiamento bancário de longo prazo.

Vale ressaltar que adiantamento a fornecedores para compras de matéria-prima e entrega de mercadoria não devem ser diminuídas de fornecedores e sim ser classificadas no ativo circulante, conforme explica Silva (2001).

2.3.4 Impostos

O imposto é o tributo mais conhecido do Brasil, de acordo com o CTN, em seu art. 16, “Imposto é tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

Ávila (2007, p. 112) ainda explica que “os impostos são conhecidos como tributos não vinculados porque o fato gerador que os caracteriza não está atrelado a nenhuma atividade estatal específica referida ao contribuinte”.

Para Oliveira (2005, p. 58),

Pela sua definição no código tributário nacional CTN, o imposto é pago pelo contribuinte que não recebe nenhuma contraprestação direta e imediata do estado, sendo essa a característica principal desse tributo para a distinção dos demais. A receita arrecadada não pode estar vinculada por lei a nenhuma despesa específica, fundo ou órgão predeterminado, isto é, precisa ser vinculado ao “bolo do orçamento” de onde será repartida segundo os critérios da lei orçamentária anual.

Os impostos podem ser classificados, quanto a categoria, em impostos sobre a produção e circulação, sobre o patrimônio e renda e sobre o comércio

exterior. Os mesmos são instituídos mediante lei pelos três entes federativos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

2.3.5 Salários e Encargos Sociais

Além do salário dos funcionários, as empresas possuem outros gastos que incidem sobre eles. Silva (2001, p.121) explica que “há uma série de encargos sociais como FGTS e INSS decorrentes da folha de pagamento, que deverão ser recolhidos no mês seguinte ao de sua competência”.

Para Dutra (2003, p. 140),

Os encargos sociais e trabalhistas foram divididos em dois subgrupos em função de suas características contábeis. O primeiro deles, designado por Contribuições Sociais, forma um conjunto de obrigações por ter valores conhecidos e datas de quitação definidas. O segundo deles é constituído pelas Remunerações Indiretas, tendo em vista serem gastos que beneficiam os empregados, porém seus valores não são conhecidos com exatidão e as datas de seus pagamentos são incertas.

Silva (2001, p.121) ainda relata que:

A não-contabilização da folha de pagamento e dos respectivos encargos sociais relativos ao mês de “fechamento do balanço” pode alterar significante o resultado, o endividamento e a liquidez da empresa, constituindo-se num lamentável procedimento”.

Vale ressaltar que existem outras obrigações que a empresa não precisa pagar, mas devem ser provisionadas. Diferente das férias e do décimo terceiro salário que são obrigações que tem que ser pagas e provisionadas pela empresa, conforme explica Silva (2001).

2.4 ANÁLISE DO CAPITAL DE GIRO A PARTIR DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.4.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP) evidência a posição de valores de ativos, passivos e patrimônio líquido, mostrando assim a situação financeira e patrimonial da empresa em um determinado período. Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014,

p. 25) o balanço patrimonial apresenta a situação patrimonial e financeira de uma entidade de forma estática, em determinado momento.

Para Araújo e Assaf (2004, p. 31):

O balanço patrimonial é uma demonstração fundamental para a entidade e indispensável para todos os usuários da contabilidade. Através do balanço, o usuário pode conhecer a liquidez das empresas, seus principais investimentos, endividamento, a segurança medida pela participação do capital próprio no negócio e outros indicadores.

O quadro 1 faz uma apresentação do Balanço Patrimonial.

Quadro 1 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
<p>ATIVO</p> <p><u>Ativo Circulante</u></p> <p>Disponível</p> <p>Contas a Receber</p> <p>Estoques</p> <p>Ativos Especiais e Despesas Antecipadas</p> <p><u>Ativo Não Circulante</u></p> <p>Ativo Realizável a Longo Prazo</p> <p>Investimentos</p> <p>Imobilizado</p> <p>Intangível</p>	<p>PASSIVO</p> <p><u>Passivo Circulante</u></p> <p><u>Passivo Não Circulante</u></p> <p>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</p> <p>Capital Social</p> <p>Reservas de Capital</p> <p>Ajustes de Avaliação Patrimonial</p> <p>Reservas de Lucro</p> <p>Ações em Tesouraria</p> <p>Lucros/Prejuízos Acumulados</p>

Fonte: Adaptado Martins, Miranda e Diniz (2014).

É por meio do Balanço Patrimonial que se percebe a situação patrimonial e financeira de uma entidade, sendo assim ele se torna essencial para a tomada de decisão dos gestores. O balanço patrimonial é constituído pelo ativo circulante e não circulante, passivo circulante e não circulante e patrimônio líquido.

2.4.1.1 Ativo circulante

Martins, Miranda e Diniz (2014, p.27) citam que “no ativo circulante são classificados os itens de maior liquidez, ou seja, aqueles realizáveis (por venda, recebimento ou consumo) no curto prazo [...]”

Para Lemos Júnior, Rigo e Cherobim (2010, p. 53) descrevem que “podemos considerar que o Ativo Circulante abrange os recursos utilizados no desenvolvimento das atividades operacionais da empresa. Com exceção dos valores do Disponível, [...]”

De acordo com Assaf Neto (2012, p. 97) o ativo circulante engloba, além das disponibilidades, créditos, estoques e despesas antecipadas realizadas no exercício social subsequente, o que caracteriza como de realização em até um ano.

As empresas que possuem um ciclo operacional inferior ou igual a um ano são classificadas com maior grau de conversão, ou seja, maior grau de liquidez, junto com elas estão os itens consumidos, vendidos e transformados em dinheiro a curto prazo, segundo Martins, Miranda e Diniz (2014).

2.4.1.2 Ativo não circulante

Na visão de Martins, Miranda e Diniz (2014; p.27), neste grupo estão os ativos de menor liquidez, os quais serão realizáveis (ao transformarem-se em dinheiro) no longo prazo.

Na definição de Azevedo (2010, p. 149) “Criou-se esse grupo denominado de Ativo Não Circulante (AÑC), com a seguinte composição: Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.”

Martins, Miranda e Diniz (2014, p.28) citam que o ativo realizável ao longo prazo “contempla itens semelhantes aos do ativo circulante, porém realizáveis no longo prazo, ou seja, em exercícios seguintes”.

No investimento “a características principal dos itens, componentes desse grupo, é que eles não se destinam a atividade operacional da empresa. São as participações em outras entidades (que não se destinam a venda), obras de arte, terrenos para futura utilização, imóveis alugados e outros ativos adquiridos com finalidades especulativas” segundo Martins, Miranda e Diniz (2014, p.28).

Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2010) citam que o imobilizado possui registros, como máquinas e equipamentos, instalações, entre outros, que podem ser utilizados sem possuir um prazo maior que um ano.

Martins, Miranda e Diniz (2014) explicam que o intangível compõe-se dos direitos que tenham por objetivo, bens incorpóreos destinados ou exercidos à manutenção da empresa. Dentre eles destacam-se as marcas, patentes, direitos autorais, receitas, gastos com o desenvolvimento de novos produtos, entre outros.

2.4.1.3 Passivo Circulante

Segundo Braga (2009), serão classificadas no passivo circulante as obrigações assumidas pela empresa para a realização de suas operações, tais como:

- a) Dívidas contraídas junto a fornecedores;
- b) Salários devidos a empregados;
- c) Encargos sociais;
- d) Impostos a pagar;
- e) Obrigações assumidas por financiamentos obtidos junto a instituições financeiras.

Matarazzo (2010, p.44), afirma que:

Compreende todas as obrigações da empresa vencíveis no prazo de um ano, ou se o ciclo operacional for maior que um ano, as obrigações vencíveis no prazo do ciclo operacional. Essas obrigações devem ser tanto as conhecidas (por exemplo, duplicatas a pagar, promissórias a pagar, salários a pagar) como as calculáveis com precisão, tais como variações cambiais, juros, quanto as calculáveis apenas aproximadamente, como provisões para férias e 13º salário dos empregados.

Azevedo (2010, p. 156) cita os seguintes elementos para este grupo, “[...] as obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisições de direitos do ativo não circulante [...], quando se vencerem no exercício seguinte.” MEGLIORINI e VALLIM, (2009) citam que as contas de passivo circulante representam para a empresa exigências a curto prazo, ou seja as obrigações vencíveis dentro de doze meses.

2.4.1.4 Passivo Não Circulante

Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2010, p. 60) explicam que o passivo não circulante “compõe o valor das dívidas de longo prazo, a vencer em um período superior a um ano [...]”. Diante disso, Martins, Miranda e Diniz (2014; p.30) citam que o passivo não circulante é composto pelos seguintes agrupamentos de contas:

- a) Empréstimos e Financiamentos;
- b) Duplicatas Descontadas;
- c) Debêntures e Outros títulos de dívidas;
- d) Retenções contratuais
- e) IR e CS diferidos;
- f) Resgates de Partes beneficiárias;
- g) Provisão para Riscos Fiscais e Outros Passivos Contingentes;
- h) Provisão para benefícios e empregados;
- i) Programas de recuperação fiscal - REFIS

Para Martins, Miranda e Diniz (2014) o passivo não circulante deve compor as obrigações da empresa, onde as liquidações devem ser efetuadas em um prazo maior que um ano.

2.4.1.5 Patrimônio Líquido

No dizer de Matarazzo (2010, p. 45) o “Patrimônio Líquido representa os recursos dos acionistas formados por Capital – dinheiro ou bens – entregues pelos acionistas à empresa ou por lucros gerados pela empresa e retidos em diversas contas de reservas”.

Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 31) descrevem que o Patrimônio Líquido é composto pelas seguintes contas:

- a) Capital Social: Representa os valores investidos pelos acionistas ou sócios, acrescidos dos resultados obtidos pela entidade e não distribuídos [...].
- b) Reservas de Capital: são valores recebidos pela empresa que não transitaram pelo resultado como receitas ou despesas.
- c) Ajustes de Avaliação Patrimonial: criada pela Lei nº 11.638/2007, essa conta compreende as diversas contrapartidas de aumentos ou

diminuições de valores de itens do ativo ou passivo decorrentes de avaliações a preços de mercado [...].

- d) Reservas de Lucros: São valores oriundos do resultado e retidos pela empresa com finalidades específicas.
- e) Ações ou Cotas em Tesouraria: São valores relativos a aquisição de ações ou cotas da própria entidade, portanto são dedutíveis no Patrimônio Líquido.
- f) Lucros ou Prejuízos Acumulados: a conta lucros ou prejuízos acumulados é utilizado para receber o resultado do período obtido pela entidade.

Silva (2001) relata que o patrimônio líquido, no balanço patrimonial, representa a diferença entre os ativos e os passivos, o mesmo é entendido como uma obrigação perante os acionistas e os sócios.

2.4.2 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para Martins, Miranda e Diniz (2014; p.39), a demonstração do resultado do exercício apresenta de forma esquematizada os resultados auferidos pela entidade em determinado período. Em linhas gerais, o resultado é apurado deduzindo-se das receitas todas as despesas (inclusive os custos, que nesse momento se transforma em despesa) que a empresa incorreu no referido período.

Iudícibus (2008, p. 37) relata que a DRE completa, exigida por lei, fornece maiores minúcias para a tomada de decisão: grupos de despesas, vários tipos de lucro, destaques dos impostos, etc.

O quadro 2 que apresenta o modelo da Demonstração do resultado.

Quadro 2 – Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado
RECEITA LÍQUIDA
(-) Custo dos Produtos Vendidos ou Serviços Prestados
= RESULTADO BRUTO
(-) DESPESAS OPERACIONAIS
(-) Despesas de Vendas
(-) Despesas Administrativas
(+) Receitas Financeiras
(-) Despesas Financeiras
(-) Outras Receitas e Despesas Operacionais
= RESULTADO OPERACIONAL
(-) Provisão para IR e Contribuição Social
= RESULTADO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
(-) Participações
(-) Contribuições
= LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
(+) Juros sobre o Capital Próprio
= LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

Fonte: Adaptado Iudícibus (2008)

Santos (2011, p. 25) explica, “trata-se de uma demonstração financeira que mostra a situação dinâmica ou acumulativa da empresa de receitas, custos e despesas realizadas por uma empresa ao longo de um período (mês, semestre, ano etc)”. Para Ribeiro (2009, p. 368), “por meio dessa demonstração, pode-se verificar o resultado que a empresa obteve (lucro ou prejuízo) no desenvolvimento de suas atividades durante determinado período”.

A DRE evidência a formação do patrimônio líquido em um exercício através das receitas, custo e despesas, é por meio dela que é possível conhecer a realidade econômica e financeira da empresa.

2.4.2.1 Fluxo de Caixa

As atividades financeiras de uma empresa requerem um acompanhamento permanente de seus resultados a fim de avaliar seu desempenho bem como proceder aos ajustes e correções necessários (Assaf Neto e Silva, 2002).

Diante disso, Assaf Neto e Silva, (2002, p. 39) relatam que “é neste contexto que se destaca o fluxo de caixa como um instrumento que possibilita o planejamento e o controle dos resultados financeiros de uma empresa”.

Assaf Neto e Silva, (2002, p.39) afirmam também que:

Conceitualmente, o fluxo de caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo. A partir da elaboração do fluxo de caixa é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando medidas saneadoras a serem tomadas.

Segundo Silva (2001, p. 7) o fluxo de caixa é considerado por muitos analistas um dos principais instrumentos de análises, proporcionando-lhes identificar o processo de circulação do dinheiro, através da variação das disponibilidades mais as aplicações financeiras.

Para melhor planejamento financeiro, o administrador da empresa precisa controlar a origem do dinheiro que entrou no caixa em determinado período, evitando assim que possua faltas no caixa e conhecendo antecipadamente a necessidade de dinheiro (Azevedo 2010).

Assaf Neto e Silva, (2002) explicam que o fluxo de caixa é de grande importância para as instituições, pois é o mesmo que dá rumo financeiro aos negócios, sendo que as empresas devem liquidar corretamente seus compromissos, apresentando o respectivo saldo em seu caixa nos momentos dos vencimentos, pois com a insuficiência de caixa é possível várias discontinuidades em suas operações, tais como cortes nos créditos, suspensão de entrega de mercadorias e matérias, entre outros.

A demonstração de fluxo de caixa é elaborada por diversas maneiras, dentre elas os métodos indiretos e diretos.

2.4.2.2 Fluxo de Caixa Indireto

De acordo com Barbieri (1987, p. 19), “o método indireto consiste na demonstração dos recursos provenientes das atividades operacionais a partir do lucro líquido, ajustado pelos itens que afetam o resultado (tais como depreciação, amortização e exaustão), mas que não modificam o caixa da empresa”.

O fluxo de caixa pelo método indireto parte do lucro líquido, deduz as despesas e soma as receitas que não interferem no caixa. “[...] os recursos gerados pelas atividades operacionais são calculados por meio de lucro líquido ajustado complementado com aumento ou redução dos saldos das contas de Ativo e Passivo Circulantes.” (HOJI, 2000, p. 298). Diante disso, o fluxo de caixa indireto é elaborado e apresentado no quadro 3.

Quadro 3 – Modelo de Fluxo de Caixa Indireto

Lucro Líquido
+ Variações de Valores a Receber
+ Variações de Estoques
+ Variações de Fornecedores
+ Variações de IR a pagar
+ Depreciação
= Fluxo de Caixa proveniente das Operações

Fonte: Adaptado a Neto (2002)

Desta forma, o Fluxo de caixa indireto evidencia quais foram as alterações no capital de giro que geraram aumento ou diminuição no caixa, sem explicar diretamente as entradas e as saídas de dinheiro. O que não evidencia no mesmo é a variação ocorrida nas disponibilidades, ou seja, as entradas e saídas que ocorrem no período, mas fornece uma simplificação das diferenças de saldos, incluindo alguns itens que não afetam a disponibilidade, como despesas antecipadas, depreciação, entre outros.

2.4.2.3 Fluxo de Caixa Direto

O fluxo de caixa Direto, segundo Ludícibus (2000, p. 223), é também “denominado fluxo de caixa no sentido restrito, nele são demonstrados todos os recebimentos e pagamentos que efetivamente concorreram para a variação das disponibilidades”.

Ching, Marques e Prado (2003, p.83), relatam que:

A apresentação do método direto é de fácil compreensão, mesmo por aqueles que têm pouco ou nenhum treinamento em contabilidade financeira. A empresa simplesmente classifica as entradas e saídas de caixa em sua conta bancária de um período como atividades operacionais, de investimento ou de financiamento e relata o saldo como movimentação ou geração de caixa (podendo ser positiva ou negativa).

Hoji (2000, p. 298) descreve o método direto como aquele que “[...] facilita a visualização e a compreensão do fluxo financeiro, pois demonstra os recebimentos e pagamentos provenientes das atividades operacionais”. Em seguida tem-se um exemplo de fluxo de caixa direto conforme quadro 4.

Quadro 4 – Modelo de Fluxo de Caixa Direto

ENTRADAS
+ Recebimentos de Clientes
SAIDAS
- Pagamentos a Fornecedores
- Impostos Recolhidos
- Pagamento de Pessoal
- Despesas Gerais
- Imposto sobre o Lucro
= Saldo das atividades Operacionais
+/- Entradas/Saídas das atividades de investimento
= Saldo das atividades de Investimento
+/- Entradas/Saídas das atividades de Financiamento
= Saldo das Atividades de Financiamento
= Saldo do Período
+ Saldo Inicial das disponibilidades
= Saldo Disponível

Fonte: Adaptado a Padoveze (2009)

Diante disso, percebe-se que o método direto disponibiliza aos usuários internos e externos da empresa, uma fácil compreensão de todos os atos operacionais, que são essenciais para identificar os pontos fortes e fracos, para assim tomarem as decisões conforme à realidade da organização.

2.4.3 Análise Horizontal

Assaf Neto (2006, p. 115) explica que “a análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais. É basicamente um processo de análise temporal, desenvolvido por meio de número-índices [...]”. Segundo Santos, Schmidt e Martins (2006) a análise horizontal demonstra a variação de determinada conta contábil, evidenciando em percentual a variação de um ano para outro.

Iudícibus (2008, p.80) complementa que, a análise horizontal tem a finalidade de “apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultado (bem como de outros demonstrativos) através dos períodos, a fim de caracterizar tendências.”

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014), para ser realizada uma análise horizontal são necessários uma data base, mais antiga, que terá o valor do índice 100, para assim encontrar os valores dos próximos anos, utilizando a regra de três para cada ano relacionando-se com a data base.

2.4.3.1 Análise Vertical

Para Assaf Neto (2006, p. 123) a análise vertical, é também um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor afim ou relacionado, identificado no mesmo demonstrativo. A análise vertical é uma das principais ferramentas para análise de estrutura patrimonial. Consiste em demonstrar em percentual o valor de cada conta do Balanço patrimonial em relação ao valor do ativo ou Passivo, conforme cita Reis (2003).

Braga (p. 146. 2006) relata que a análise vertical consiste no relacionamento dos valores das contas de cada grupo como montante do respectivo grupo, bem como do montante de cada grupo como total do ativo ou do passivo e

patrimônio líquido, quando se tratar de balanço patrimonial; de cada componente do resultado com as respectivas receitas e/ou despesas etc., quando analisada a demonstração do resultado do exercício.

Para Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 109), “os índices de análise vertical são calculados de forma semelhantes aos índices de análise horizontal, ambos são calculados por meio de regra de três, a diferença é que na análise horizontal o foco é a variação temporal ocorrida em uma mesma conta”.

É possível identificar quais as contas que se destacam nos demonstrativos, assim é possível demonstrar quais os pontos fortes e fracos da empresa. Contudo vale destacar que a análise vertical e horizontal não podem ser isoladas, é importante sempre correlacioná-las com os indicadores financeiros.

2.5 INDICADORES ECONÔMICOS – FINANCEIROS

Esses índices são utilizados para visualizar a competência da organização de honrar com seus compromissos, em diferentes prazos, e a aptidão da empresa ser lucrativa. Portanto, “a liquidez de uma empresa é medida por sua capacidade de cumprir as obrigações de curto prazo *à medida que vencem*. Corresponde à solvência da posição financeira *geral* da empresa - a facilidade com que pode pagar as contas.” (GITMAN, 2004, p. 46).

Conforme Matarazzo (2003), os índices têm como sua principal característica, fornecer e evidenciar a situação econômica ou financeira da empresa.

Para Assaf Neto (2012, p. 112) os indicadores de liquidez visam medir a capacidade de pagamento (folga financeira) de uma empresa, ou seja, sua habilidade em cumprir corretamente as obrigações passivas assumidas.

Sendo assim, pode-se considerar a utilização dos indicadores como um fator de análise que reforça a necessidade de demonstrações financeiras, uma das principais fontes de informações para apuração dos índices, pois esta cada vez mais transparente observando padrões mundiais de comparabilidade.

2.5.1 Liquidez Corrente

Gitman (2010, p. 51) descreve que a liquidez corrente mede a capacidade da empresa de pagar suas obrigações de curto prazo. Reis (2003 p. 175) cita que a

liquidez corrente como um índice que demonstra “[...] quanto a empresa tem de valores disponíveis e realizáveis dentro de um ano, para garantir o pagamento de suas dívidas vencíveis no mesmo período”.

Podemos calcular o índice de liquidez corrente da seguinte forma conforme quadro 5.

Quadro 5 – Índice de Liquidez Corrente

Índice de Liquidez Corrente =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
-------------------------------	---

Fonte: Adaptado Gitman (2010).

Ainda para Gitman (2010, p. 52), de modo geral, quanto maior o índice de liquidez corrente, mais líquida a empresa. Um índice igual a 2,0 pode ser considerado aceitável, mais isso depende do setor em que a empresa atua.

Sendo assim, o mesmo demonstra se a empresa será ou não capaz de pagar seus compromissos em curto prazo, quanto existe de dinheiro e valores que poderão ser transformados em dinheiro, capazes de saldar as dívidas de empresa de curto prazo.

2.5.2 Liquidez Seca

O índice de liquidez seca mostra a capacidade de pagamento da empresa em curto prazo, porém sem considerar o valor do Estoque.

Gitman (2010, p. 53) descreve que o índice de liquidez seca assemelha-se ao de liquidez corrente, mas exclui do cálculo o estoque que costuma ser menos líquido dos ativos circulante.

Conforme quadro 6 a fórmula de cálculo para o índice de liquidez seca é:

Quadro 6 – Liquidez Seca

Liquidez Seca =	$\frac{\text{Ativo Circulante - Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$
-----------------	---

Fonte: Adaptado Reis (2003)

Schmidt, Santos e Martins, (2006 p. 118) explicam que, “os estoques são abatidos do valor do ativo circulante em razão de serem os ativos circulantes menos

líquidos da empresa, conseqüentemente, mais suscetíveis à perda no caso de liquidação da organização”.

Evidentemente tem-se a análise de que, quanto maior for esse índice, melhor a situação financeira da empresa sendo que é interessante verificar qual a capacidade em que a empresa tem para liquidar suas obrigações sem se prender as vendas do estoque.

2.5.3 Liquidez geral

Silva (2001, p. 267) relata que liquidez geral “indica quanto a empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo, para fazer face às suas dívidas totais.”

Para ser calculada a liquidez geral usamos a fórmula conforme quadro 7.

Quadro 7 – Liquidez Geral

Liquidez Geral	=	$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$
----------------	---	---

Fonte: Adaptado Marion (2007)

Esta análise indica que quanto maior for esse índice melhor a situação financeira da empresa visto que indica quantos reais existentes nos ativos realizáveis para cada R\$1,00 de passivos exigíveis.

2.5.4 Liquidez Imediata

O índice de liquidez imediata representa o quanto a empresa possui de disponibilidade para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo.

Segundo Padoveze e Benedicto (2004, p. 136) o índice liquidez imediata “trabalha com os elementos patrimoniais do ativo circulante que podem ser disponibilizados imediatamente, ou quase que imediatamente, para pagamentos de contas e que são agrupados sob o nome de disponibilidades”.

Para ser calculada a liquidez Imediata usamos a fórmula conforme quadro 8.

Quadro 8 – Liquidez Imediata

Liquidez Imediata =	<u>Disponível</u> Passivo Circulante
---------------------	---

Fonte: Adaptado Assaf (2012)

Assaf Neto (2012, p.113) ainda cita que a liquidez imediata “reflete a porcentagem das dívidas de curto prazo (passivo circulante) que pode ser saldada imediatamente pela empresa, por suas disponibilidades de caixa.”

Desta forma pode-se dizer que a liquidez imediata é quando a empresa dispõe imediatamente para pagar as dívidas a curto prazo. Evidentemente, tem-se a análise de que, quanto maior for esse índice melhor a situação financeira da empresa.

2.6 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Estes indicadores demonstram a situação financeira da empresa analisando os investimentos, financiamentos, e como está sendo aplicado e gerenciado o capital de terceiros e o capital próprio da mesma.

Assaf Neto (2012, p.116) afirma que “estes indicadores são utilizados, basicamente, para aferir a composição (estrutura) das fontes passivas de recursos de uma empresa.”

Para Marion (2002), os índices de endividamento mostram a composição desse endividamento e o grau de endividamento da empresa.

Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 140) afirmam que:

Não se pode dizer que um índice de endividamento alto seja bom ou ruim. É necessário analisar a qualidade da dívida (prazo de vencimento, taxa de juros, risco de moeda – se em reais, se em dólar etc..), pois se uma empresa tiver alto endividamento com terceiros a longo prazo e baixo custo, pode ser extremamente interessante do ponto de vista da rentabilidade que os sócios desejam.

Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 140), ainda completam dizendo que “um bom parâmetro para se avaliar o índice de endividamento é a média do setor no qual a empresa está inserida”.

Os quocientes de endividamento evidenciam o nível de participação do capital de terceiros na empresa. Quando maior for o resultado, maior grau de obrigações. (GITMAN, 2004).Têm-se os seguintes índices de endividamento:

composição de endividamento, participação de capital de terceiros e endividamento total.

2.6.1 Composição de Endividamento

Este índice revela o quanto a empresa possui de dívidas em curto prazo em relação a cada R\$ 1,00 de dívida total, ele evidencia também a relação entre as dívidas do passivo circulante e dívidas totais do passivo exigível.

Segundo Ribeiro (2002, p.135) esse quociente revela qual a proporção existente entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais, isto é, quanto a empresa terá de pagar a curto prazo para cada real do total das obrigações existentes.

Podemos calcular a composição de endividamento conforme quadro 9.

Quadro 9 – Composição do Endividamento

Composição do endividamento =	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$
-------------------------------	---

Fonte: Adaptado Ribeiro (2002)

Para Silva (2001, p.260), “[...] a interpretação do índice de composição do endividamento é no sentido de que “quanto maior, pior”, mantidos constantes os demais fatores.” Por meio deste índice é possível identificar quanto a empresa tem a pagar em curto prazo, para cada real das obrigações totais. Para fins de análise tem-se que quanto menor for o índice de endividamento, melhor situação financeira da empresa.

2.6.2 Participação de Capital de Terceiros

Este índice revela o quanto a empresa possui de dívidas com terceiros para cada R\$1,00 de patrimônio líquido, ele exhibe a relação entre o passivo exigível total e o capital próprio (Patrimônio Líquido).

Ribeiro (2002, p. 134) cita que “esse quociente revela qual a proporção existente entre capital de terceiros e capital próprio, isto é, quanto a empresa utiliza de capital de terceiros para cada real de capital próprio”.

Para ser calculada a participação de capital de terceiros utiliza-se a seguinte fórmula conforme quadro 10.

Quadro 10 – Participação de Capital de Terceiros

Participação de Capital de Terceiros =	$\frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
--	---

Fonte: Adaptado Ribeiro (2002)

Zdanowicz, (2004 p. 72) explica que, “se o grau de capital de terceiros for inferior à unidade significa que a empresa não oferece cobertura aos capitais de terceiros alocados nela”. Portanto, podemos afirmar que quanto menor for o índice, melhor situação financeira da entidade.

2.6.3 Endividamento Total

Esse índice aponta o quanto à empresa possui de dívidas com terceiros para cada R\$1,00 de ativo total, ele é a relação entre o passivo exigível e o total do ativo.

Neves e Viceconti (2007, p. 460) ressaltam que, este índice procura identificar a proporção do ativo total financiado pelos recursos provenientes de terceiros [...]. Se o grau de endividamento fosse igual a um, a empresa operaria em estado de pré-insolvência (situação nula); maior que um, a empresa seria insolvente, ou seja, estaria em estado de passivo a descoberto.

Para ser calculado o endividamento total utiliza-se a seguinte fórmula conforme quadro 11.

Quadro 11 – Endividamento Total

Endividamento Total =	$\frac{\text{Passivo Exigível (Capital de Terceiros)}}{\text{Ativo Total}}$
-----------------------	---

Fonte: Adaptado Neves e Viceconti (2007)

Desta forma para Gitman (2004, p. 50) este índice mostra “a proporção dos ativos total financiada pelos credores da empresa”. Para fins de análise tem-se que, quanto menor for o índice, melhor situação financeira da empresa.

2.7 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Os indicadores de rentabilidade avaliam a situação econômica da empresa em relação ao capital investido ou as receitas geradas.

Segundo Marion (2002), os índices de rentabilidade estão voltados para sua habilidade em gerar recursos para o potencial de vendas da empresa e para a evolução das despesas, entre outros.

Para Assaf Neto (2012, p. 118) estes indicadores visam avaliar os resultados auferidos por uma empresa em relação a determinados parâmetros que melhor revelam suas dimensões.

Os sócios e acionistas da empresa, veem esse índice como um benefício para a organização, pois ele avalia e evidencia o crescimento ou o declínio dos investimentos dos mesmos.

2.7.1 Rentabilidade do Ativo

Este indicador é a razão entre o Lucro Líquido e o ativo total, o mesmo revela o quanto a empresa gera de retorno para cada R\$ 100,00 investido no ativo total.

Para Ribeiro (2002, p.148), “esse quociente evidência o potencial de geração de lucros por parte da empresa, isto é, quanto à empresa obteve de lucro líquido para cada real de investimentos totais”.

Para ser calculada a rentabilidade do ativo utiliza-se a seguinte fórmula conforme quadro 12.

Quadro 12 – Rentabilidade do Ativo

$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Ativo Total}}$
--

Fonte: Adaptado Ribeiro (2002)

Para efeito de análise financeira este indicador é considerado que quanto maior, melhor situação econômica da empresa.

2.7.2 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Este indicador é a razão entre o Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido, o mesmo indica o quanto a empresa gera de retorno para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido.

Braga (2006, p.165) cita que “esse índice mede a taxa de remuneração dos Capitais Próprios, devendo, em tese ser superior à taxa média de juros do mercado, de modo a remunerar o risco de investimento, por parte dos acionistas e sócios”.

Para ser calculada a rentabilidade do Patrimônio Líquido utiliza-se a seguinte fórmula conforme quadro 13.

Quadro 13 – Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Rentabilidade do Patrimônio Líquido =	$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$
---------------------------------------	---

Fonte: Adaptado Ribeiro (2002)

Esse índice informa quanto rende o capital investido pelos sócios na empresa, tem-se que, quanto maior for o índice, melhor situação econômica da empresa.

2.7.3 Método Fleuriet

O método Fleuriet é um modelo dinâmico de análise de balanços onde implica em um método de análise financeira com base no comportamento das empresas. Para Padoveze (2005, p. 202), “esse modelo retoma o tema da liquidez e seus indicadores, sugerindo uma abordagem nova e diferente da abordagem da análise de balanço tradicional”.

O modelo Fleuriet, segundo Souza (2003, p. 103):

Procura mostrar os valores na forma de funcionalidade, abrangendo os níveis estratégicos, tático e operacional. Para que isso aconteça, necessário se faz uma reclassificação das várias rubricas, agrupando, não só pelo critério tempo, mas levando em consideração sua relação com as operações da empresa.

O quadro 14 ilustra o balanço patrimonial reclassificado conforme a metodologia Fleuriet.

Quadro 14 - Modelo Fleuriet

		ATIVO	PASSIVO		
CIRCULANTE	Financeiro	Caixas e Bancos Aplicações Financeiras	Empréstimos Bancários Financiamentos Duplicatas Descontadas Dividendos e IR	Financeiro	CIRCULANTE
	Operacional	Duplicatas a receber Estoques Adiantamentos e Despesas de competência do Exercício seguinte	Fornecedores Salários e encargos Impostos e taxas Adiantamentos de clientes	Operacional	
NÃO CIRCULANTE		Realizável a Longo Prazo Investimento Fixo	Passivo Não-Circulante Patrimônio Líquido		NÃO CIRCULANTE

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (1997)

No quadro 14 é possível observar a reclassificação das contas do balanço patrimonial, as duplicatas descontadas passam a fazer parte do passivo circulante.

Desse modo, Padoveze e Benedicto (2004, p. 233) ressaltam a visão do Fleuriet sobre análise tradicional de liquidez, assim, os conceitos de liquidez:

Utilizados na análise contábil tradicional, pressupõem uma visão estática da empresa, podendo muitas vezes traduzir uma falsa imagem da situação de solvência de curto prazo, principalmente porque desconsideram, na dinâmica operacional, a convivência de contas de naturezas bastante distintas, tanto no ativo circulante quanto no passivo circulante.

Após a reclassificação das contas do balanço patrimonial, aplica-se o cálculo dos indicadores do modelo Dinâmico Fleuriet, quais as necessidades de capital de giro, capital circulante líquido, tesouraria, capital de giro próprio, entre outros. Pode-se considerar que o método de análise do Fleuriet apresenta uma análise mais avançada do capital de giro da empresa.

2.8 PRAZOS MÉDIOS

É por meio desses índices que pode ser realizada uma análise de balanço através dos dados das demonstrações financeiras. Sendo que, os prazos médios mais usados são para descobrir o espaço de tempo de suas operações, são dos recebimentos, pagamentos e de estocagem, por apresentar relação direta com as vendas. (MATARAZZO, 2010).

Conforme Matarazzo (2010, p. 267) “a análise dos prazos médios só é útil quando os três prazos são analisados conjuntamente.”

Existem três índices de prazos médios que podem ser encontrados a partir das demonstrações financeiras: Prazo médio de pagamento a fornecedores – PMPF, Prazo médio de cobrança – PMC e Prazo médio de estocagem – PME.

2.8.1 Prazo médio de pagamento a fornecedores – PMPF

O prazo médio de pagamento à fornecedores, também conhecido como prazo médio de contas a pagar e prazo médio de pagamento de compras, significa em média o tempo gasto pela empresa para pagamento a prazo de suas compras (MARTINS, MIRANDA E DINIZ, 2014).

Este indicador demonstra em média o resultado das empresas em dias, semanas ou meses, o quanto ela demora a pagar seus fornecedores, ou seja, dos pagamentos das suas compras em relação às vendas da empresa. (PEREZ JÚNIOR e BEGALLI, 2002).

Aplica-se a seguinte fórmula para calcular o Prazo Médio de Pagamento conforme quadro 15.

Quadro 15 - Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (PMPF)

Prazo Médio de Pagamento a fornecedores =	$\frac{\text{Fornecedores a Pagar} \times 365}{\text{Compras a Prazo}}$
---	---

Fonte: Adaptado Martins, Miranda e Diniz (2014).

Portanto, pode-se dizer que para análise financeira o prazo médio de pagamento a fornecedores é considerado, quanto maior melhor, ele deve ser no mínimo maior do que o prazo de recebimento das vendas.

2.8.2 Prazo Médio de Cobrança – PMC

Este indicador demonstra o tempo que a empresa espera para receber dos clientes e mede o grau de eficiência das estratégias do setor de contas a receber podendo ser útil para identificar falhas na política de crédito e cobrança.

Para Martins, Miranda e Diniz (2014 p. 2014) o prazo médio de cobrança “[...] conceitualmente, representa o prazo médio gasto no recebimento das vendas a prazo [...]”.

Aplica-se a fórmula conforme descrita no quadro 16, para calcular o Prazo Médio de Cobrança.

Quadro 16 - Prazo Médio de Cobrança (PMC)

Prazo Médio de Cobrança = $\frac{\text{Duplicatas a Receber (média)} \times 365}{\text{Vendas a Prazo}}$
--

Fonte: Adaptado Martins, Miranda e Diniz (2014).

Diante disso, para não ocorrer insuficiência de recurso, o resultado deste índice deve ser menor que o prazo médio de pagamento, conforme explica Santos (2007).

2.8.3 Prazo Médio de Estocagem – PME

Assaf Neto (2006, p.198) explica que o prazo médio de estocagem “indica o tempo médio verificando desde a aquisição do material até sua requisição na produção, ou seja, o tempo médio (em dias) que a matéria – prima permanece no estoque a espera de ser consumida no processo de produção”. Para Martins, Miranda e Diniz (2014, p.172) o prazo médio de estocagem representa “[...] o tempo médio consumido entre a compra de matéria – prima e sua requisição para uso na produção [...]”.

Segue fórmula conforme demonstrado no quadro 17 para calcular o Prazo Médio de Estocagem.

Quadro 17 - Prazo Médio de Estocagem (PME)

$\text{Prazo Médio de Estocagem} = \frac{\text{Estoque Médio de Matéria - Prima} \times 365}{\text{Consumo Anual}}$

Fonte: Adaptado Martins, Miranda e Diniz (2014)

Desta forma o PME possibilita verificar o número de vezes que o capital se transformou em estoque e de estoque para capital em um determinado período. O conhecimento do giro do estoque permite avaliar o tempo de permanência do material estocado, pois, quanto maior for o giro, menor a necessidade de capital de giro, conforme explica.

2.9 EBTIDA

Iudícibus (2008, p. 238) comenta que o *EBTIDA* “é uma medida essencialmente operacional, desconsidera os efeitos dos resultados financeiros, assim revelando o potencial da empresa para a geração de caixa operacional.”

Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 205) citam que:

“O Ebtida poderia ser equivalente ao conceito de fluxo de caixa operacional da empresa, medido antes do imposto de renda. No entanto, parte das receitas consideradas no Ebtida pode não ter sido recebida, assim como parte das receitas consideradas pode ainda não ter sido pagas”.

No quadro 18, segue modelo de cálculo para o Ebtida, onde Iudícibus faz uma comparação entre o DRE e o *EBTIDA*.

Quadro 18 – Ebtida x DRE

EBTIDA	X	DRE
Receita Bruta		Receita Bruta
Deduções Receita Bruta		Deduções Receita Bruta
Receita Líquida		Receita Líquida
CMV		CMV
Lucro Bruto		Lucro Bruto
Despesas Operacionais		Despesas Operacionais
(=) EBTIDA		
Depreciação		Depreciação
Receita Financeira		Receita Financeira
Despesas Financeiras		Despesas Financeiras
Lucro Bruto		Lucro Bruto
IR + CSSL		IR + CSSL
Lucro Líquido		Lucro Líquido

Fonte: Adaptado Iudícibus (2008)

Para este cálculo nota-se que o ebtida tem como estrutura a demonstração do resultado do exercício, pois seu início se dá através da receita bruta, porém seu resultado é obtido quando se encontra o lucro bruto e somente são deduzidas as despesas operacionais.

3 METODOLOGIA

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Para conduzir um estudo, o suporte necessário é firmado em procedimentos e técnicas metodológicas. Para Vianna (2001, p. 95), a “metodologia é definida como a ciência que estuda os métodos, as sistemáticas e os procedimentos para atingir um fim proposto ou resolver problemas”.

Foi utilizado o método descritivo, tendo em vista que foi relatada a gestão do capital de giro na empresa do ramo Industrial Metal Mecânico. Nesta tipologia de pesquisa “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles.” (ANDRADE, 2005, p. 124). O procedimento de pesquisa bibliográfica “[...] procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, [...] etc.” (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 54). Desta forma, esta análise trouxe conceitos principalmente de livros e artigos científicos, dando fundamentação a teoria, demonstrando por meio das definições trazidas pelos autores o que é a gestão do capital de giro, além de outros temas que envolvem esse assunto.

Quanto a pesquisa participante, será realizado um levantamento na empresa do setor metal mecânico com profissionais que trabalham no setor administrativo e financeiro Conforme descreve Martins e Theóphilo (2009). Os levantamentos são próprios para os casos em que o pesquisador deseja responder à questões acerca da distribuição de uma variável ou das relações entre características de pessoas ou grupos, da maneira como ocorrem em situações naturais. Embora os levantamentos possam ser planejados para estudar relações entre variáveis, inclusive as de causa e efeito, são estratégias mais apropriadas para a análise de fatos e descrições.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Neste presente trabalho serão realizadas também pesquisas com abordagens qualitativas e quantitativas.

A pesquisa qualitativa “[...] é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos [...]” (MARTINS e THEÓPHILO, 2009, p. 61). Já a pesquisa quantitativa emprega técnicas de estatísticas, após serem interpretados e analisados os resultados obtidos. Esta técnica, para Martins e Theóphilo (2009, p. 107) é aquela “[...] que os dados e as evidências coletadas podem ser quantificados, mensurados. Os dados são filtrados, organizados e tabulados, enfim, preparados para serem submetidos às técnicas e/ou testes estatísticos”.

Através desses instrumentos de pesquisa, pode-se destacar a pesquisa bibliográfica, pois a mesma possui um estudo de características descritivas, análise quantitativa e qualitativa. Assim pode-se obter o caminho para alcançar os objetivos definidos correlacionados com os dados pesquisados e coletados.

4 ETAPA DO ESTUDO

Após a apresentação das características da empresa, será feito as análises contábeis e financeiras de uma empresa do Ramo Industrial Metal - Mecânico. Para tais análises foi solicitada a empresa informações contábeis e financeiras que tem como objetivo apresentar a real situação da empresa. As análises concentram-se nos demonstrativos contábeis gerenciais elaborados nos anos de 2012, 2013 e 2014.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

Para fins desta pesquisa, utiliza-se o nome fictício para a empresa em estudo de “FRC Indústria Mecânica Ltda”. A empresa objeto do estudo foi fundada em 20 de novembro de 1996 na cidade de Criciúma - SC e está inserida no setor metal – mecânico. Enquadrada na sociedade limitada, administrada por pais e filhos, a FRC tem como seu foco principal desenvolver novas tecnologias, a fim de aperfeiçoar seu processo produtivo e assim destacar-se como umas das melhores no mercado.

A FRC possui uma significativa participação nos setores de mineração, siderurgia, papel e celulose, fertilizantes, portuário, cimenteiro e agricultura. Sua inserção no mercado de fabricantes se dá por meio de representantes em 10 (dez) estados Brasileiros.

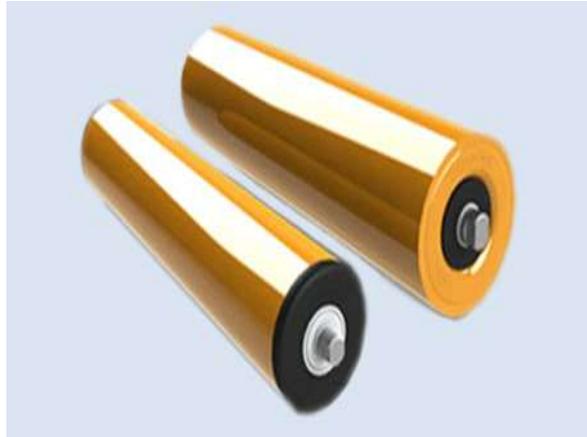
Os produtos da FRC vêm cada vez mais conquistando o mercado, devido à sua capacidade operacional, seu nível tecnológico e excelente custo x benefício.

4.1.2 Produtos e Serviços

De acordo com as informações disponibilizadas em seu site, a FRC fornece soluções em sistema de movimentações contínuas e atuam como fabricante industrial da linha completa de Rolos, Cavaletes e Tambores.

O Rolo é o elemento cilíndrico capaz de girar livremente em torno do seu eixo com a finalidade de apoiar a correia.

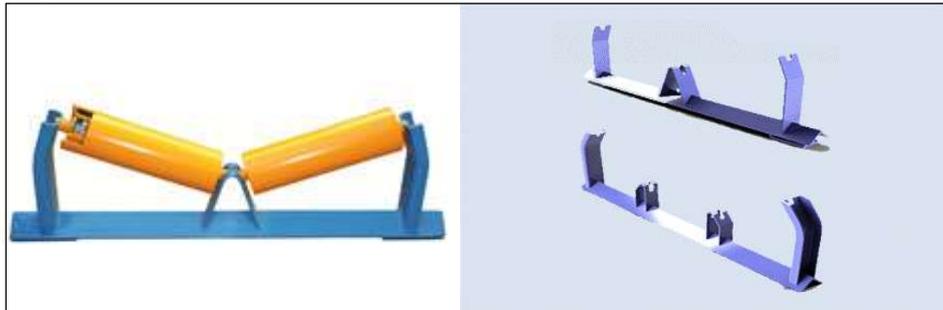
Figura 1- Modelo de Rolos



Fonte: Frc (2015)

Segundo o mesmo site, os cavaletes servem como sustentação dos rolos. São de grande importância para o bom funcionamento dos transportadores, exercendo influência sobre a resistência do conjunto em condições extremas, bem como sobre seu alinhamento -fatores cruciais para um bom desempenho de produção.

Figura 2- Modelo de Cavaletes



Fonte: Frc (2015)

A FRC possui a disposição dos seus clientes a linha de fabricação para tambores. Em geral, os Tambores são elementos cilíndricos aplicados com a finalidade básica de direcionar, tracionar e/ou tencionar a correia transportadora.

Figura 3 - Modelo de Tambor



Fonte: Frc (2015)

Em relação a este tema, a Direção Comercial da empresa FRC destaca quatro concorrentes nacionais principais, ordenados e apresentados por capacidade produtiva, nível tecnológico e qualidade dos produtos fornecidos.

4.2 CLIENTES

Segundo informações do sistema gerencial e administrativo da FRC, cerca de 98% dos clientes são pessoas jurídicas e apenas 2% são pessoas físicas, sendo que ambos possuem um comportamento similar na decisão de compra: Menores Preços, Avaliação da Qualidade e Prazo de entrega.

Os maiores clientes da FRC atuam nos setores de mineração, Siderúrgica e fabricante de equipamentos. Dentro de cada segmento ou agrupamento de segmentos, podem-se destacar e padronizar características e/ou comportamentos de compra similares, obtidos através do histórico de vendas dos principais representantes de cada categoria, conforme exemplos a seguir:

- Grandes Minerações: O fator primordial é a assistência técnica, trabalhos diferenciados em área usuária, atendimento aos requisitos técnicos;
- Fabricantes de Equipamentos: Devido ao valor do Equipamento/obra estar acordado antes da negociação final dos seus respectivos componentes, o fator primordial é o preço;
- Pequenas Minerações/Britagens: O prazo de entrega dos produtos é crucial, devido ao estoque desses componentes no cliente serem Just inTime;

- Estatais (Ex.: Petrobrás) e Licitações: São exigidos Requisitos de Qualidade da empresa fornecedora, bem como de seus processos e produtos.

A atenção dedicada ao cliente e a busca contínua por oferecer soluções têm feito da FRC Indústria Mecânica um ícone de bons resultados. Para aprimorar ainda mais o atendimento ao cliente, FRC criou há alguns meses o Núcleo Comercial, cujo lema é “entender bem para atender melhor”.

Diante disso, FRC busca a criação de parcerias sustentáveis e lucrativas. Com estratégias inovadoras e atendimento personalizado, nossos profissionais trabalham todos os dias envolvidos em um único foco: a satisfação de nossos clientes.

4.3 FORMA DE TRIBUTAÇÃO

A FRC optou pelo regime do Lucro Real por cinco anos consecutivos, todavia, durante o ano de 2014 observou-se, com base em projeções de crescimento de vendas, planejamento tributário e análises de mercado que a organização teria maiores benefícios econômicos e financeiros optando pelo lucro presumido.

Vale ressaltar que não são todas empresas que podem optar pelo Lucro Presumido. A lei 12.814/2013 aborda as seguintes vedações à escolha pelo Lucro Presumido:

I – cuja receita total, no ano-calendário anterior, tenha excedido o limite de R\$ 78.000.000,00 ou de R\$ 6.500.000,00 multiplicado pelo número de meses do período, quando inferior a doze meses;

II – cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

III – que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

- IV – que, autorizadas pela legislação tributária, queiram usufruir de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto de renda;
- V – que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2º da Lei 9.430/96;
- VI – que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e risco, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).

Até o momento a FRC não sofreu nenhum impacto relevante com essa mudança, pois o fechamento realizado pelo setor contábil continua no mesmo formato do lucro real, quando o assunto se trata de análises econômicas e financeiras. Em geral, quando se pensa em Lucro Presumido já se pensa que não haverá contabilidade, mas neste caso foi diferente, a empresa em estudo, entende que o resultado precisa ser analisado para a tomada de decisão e atendimento ao fisco.

4.4 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os dados coletados foram disponibilizados pelo contador, com consentimento do proprietário da empresa. Através do balanço patrimonial, fluxo de caixa e DRE serão feito uma análise mostrando o desempenho da empresa durante o ano de 2012,2013 e 2014.

4.4.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial tem como objetivo demonstrar a situação patrimonial e financeira alcançada pela empresa em uma determinada data.

Conforme análise do triênio 2012-2014 apresenta-se a seguir as principais contas do ativo e suas variações dentro do período, bem como a análise horizontal/vertical que possibilita a comparação das contas com o grupo do próprio ano a que pertence, conforme a tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Análise Horizontal/Vertical do Ativo

Descrição	2012	%AV	2013	%AV	%AH	2014	%AV	%AH
					2012/2013			2013/2014
ATIVO	20.287.053	100,00%	21.253.484	100,00%	4,76%	23.583.886	100,00%	10,96%
CIRCULANTE	15.519.535	76,50%	16.775.635	78,93%	8,09%	19.002.969	80,58%	13,28%
Disponibilidades	2.046.529	10,09%	305.276	1,44%	-85,08%	1.315.693	5,58%	330,98%
Clientes	4.932.089	24,31%	5.361.857	25,23%	8,71%	9.662.449	40,97%	80,21%
Tributos A Recuperar	422.548	2,08%	412.695	1,94%	-2,33%	392.159	1,66%	-4,98%
Estoques	4.108.263	20,25%	7.131.020	33,55%	73,58%	6.849.828	29,04%	-3,94%
Outros Ativos	4.010.106	19,77%	3.564.787	16,77%	-11,10%	782.839	3,32%	-78,04%
NÃO CIRCULANTE	4.767.518	23,50%	4.477.850	21,07%	-6,08%	4.580.917	19,42%	2,30%
Realizável A Longo Prazo	198.107	0,98%	152.785	0,72%	-22,88%	52.620	0,22%	-65,56%
Imobilizado	4.569.411	22,52%	4.325.065	20,35%	-5,35%	4.528.297	19,20%	4,70%

Fonte: Elaborada pela Autora

Podemos observar com base nas informações apresentadas que a conta de disponibilidades demonstrou uma queda significativa, devido ao aumento no nível dos estoques, tal variação ocorreu devido ao alto volume de compras realizada no ano de 2013. Aumento este derivado da estratégia de compras adotada pela organização, com base em projeções realizadas e pesquisas de mercado.

A evolução da conta de clientes segue uma ótica planejada pela empresa, a qual está alinhada às estratégias corporativas. Para sustentar o crescimento da empresa observou-se a necessidade de uma reestruturação no setor comercial.

A seguir, será apresentado por meio da tabela 2 as principais contas do passivo e o patrimônio líquido da empresa.

Tabela 2 – Análise Horizontal/Vertical do Passivo

Descrição	2012	%AV	2013	%AV	%AH	2014	%AV	%AH
					2012/2013			2013/2014
PASSIVO	20.287.053	100,00%	21.253.484	100,00%	4,76%	23.583.886	100,00%	10,96%
CIRCULANTE	8.240.225	40,62%	8.064.021	37,94%	-2,14%	7.935.992	33,65%	-1,59%
Fornecedores	4.455.015	21,96%	5.127.012	24,12%	15,08%	5.533.438	23,46%	7,93%
Financiamentos	1.603.113	7,90%	878.708	4,13%	-45,19%	588.583	2,50%	33,02%
Obrigações Trabalhistas	721.046	3,55%	690.270	3,25%	-4,27%	698.834	2,96%	1,24%
Impostos e Contribuições Recolher	1.461.052	7,20%	1.368.031	6,44%	-6,37%	1.115.137	4,73%	18,49%
NÃO CIRCULANTE	1.638.699	8,08%	1.918.536	9,03%	17,08%	1.506.585	6,39%	21,47%
Financiamentos a Longo Prazo	425.273	2,10%	956.827	4,50%	124,99%	519.328	2,20%	45,72%
Imposto e Contribuições Parcelados	1.213.426	5,98%	961.708	4,52%	-20,74%	987.257	4,19%	2,66%
Patrimônio Líquido	10.408.128	51,30%	11.270.928	53,03%	8,29%	14.141.308	59,96%	25,47%

Fonte: Elaborada pela Autora

Analisando a tabela 2 observou-se que o saldo das contas permaneceu constante em sua maioria. A redução na conta de financiamentos 2014 indica que a empresa conseguiu quitar parte de suas obrigações não precisando assim recorrer a terceiros para financiar sua operação.

4.2.3 DRE

O DRE tem a finalidade principal demonstrar o resultado econômico gerado pela organização. A tabela 3 demonstra as análises realizadas do triênio 2012/2014.

Tabela 3 – Análise Vertical/Horizontal do DRE

Descrição	2012	%AV	2013	%AV	%AH	2014	%AV	%AH
Receita Bruta De Vendas	42.456.457		41.427.150		-2,42%	51.925.442		25,34%
Venda De Produtos	42.381.000		41.344.901		-2,44%	51.822.088		25,34%
Venda De Mercadorias	75.457		82.248		9,00%	103.355		25,66%
Deduções	8.936.106		9.328.425		4,39%	13.298.232		42,56%
Devoluções Descontos e Abatimentos	373.808		942.697		152,19%	3.450.041		265,98%
Impostos e Contribuições Sobre Vendas	8.562.298		8.385.728		-2,06%	9.848.191		17,44%
Receita Líquida	33.520.352	100,00%	32.098.725	100,00%	-4,24%	38.627.210	100,00%	20,34%
Custo Dos Produtos Vendidos	25.776.821	76,90%	23.053.238	71,82%	-10,57%	28.763.436	74,46%	24,77%
Lucro Bruto	7.743.531	23,10%	9.045.487	28,18%	16,81%	9.863.774	25,54%	9,05%
Receitas e Despesas Operacionais	(4.476.706)	-13,36%	(4.810.807)	-14,99%	7,46%	(5.620.947)	-14,55%	16,84%
Outras Receitas Operacionais	297.819	0,89%	127.529	0,40%	-57,18%	163.866	0,42%	28,49%
Despesas Comerciais	(1.038.441)	-3,10%	(1.819.361)	-5,67%	75,20%	(2.335.059)	-6,05%	28,35%
Despesas Administrativas	(3.369.331)	-10,05%	(2.703.791)	-8,42%	-19,75%	(2.474.367)	-6,41%	-8,49%
Despesas Financeiras	(338.058)	-1,01%	(482.143)	-1,50%	42,62%	(917.471)	-2,38%	90,29%
Despesas Não Dedutíveis	(60.586)	-0,18%	(56.116)	-0,17%	-7,38%	(43.154)	-0,11%	-23,10%
Despesas Dedutíveis	31.891	0,10%	123.074	0,38%	285,92%	(14.763)	-0,04%	-112,00%
Resultado Operacional	3.266.825	9,75%	4.234.680	13,19%	29,63%	4.242.827	10,98%	0,19%
Receitas E Despesas Não Operacionais	(146.181)	-0,44%	12.849	0,04%	108,79%	110.369	0,29%	758,97%
Receitas Não Operacionais	21.722	0,06%	21.467	0,07%	-1,17%	115.687	0,30%	438,90%
Despesas Não Operacionais	(167.903)	-0,50%	(8.618)	-0,03%	-94,87%	(5.319)	-0,01%	-38,29%
Resultado Antes do IR e Contribuição Social	3.120.644	9,31%	4.247.529	13,23%	36,11%	4.353.196	11,27%	2,49%
Provisão Para Ir e Csl	1.045.397	3,12%	1.424.490	4,44%	36,26%	1.482.815	3,84%	4,09%
Despesa Com Csl	284.681	0,85%	388.015	1,21%	36,30%	404.995	1,05%	4,38%
Despesa Com Irlp	760.717	2,27%	1.036.476	3,23%	36,25%	1.077.820	2,79%	3,99%
Lucro Líquido do Exercício	2.075.246	6,19%	2.823.039	8,79%	36,03%	2.870.381	7,43%	1,68%

Fonte: Elaborada pela Autora

Ao analisar a Receita Bruta da organização percebe-se que estratégia comercial impactou positivamente no resultado do ano de 2014. No que tange os custos demonstrados na tabela 3, sua representatividade elevada em relação à receita líquida, se dá devido à alta competitividade do setor que a empresa está inserida.

A quitação de financiamentos e empréstimos obtidos pela empresa teve reflexo considerável nos resultados, devido a isso o ano de 2014 demonstra uma representatividade maior em relação aos anos de 2012 e 2013. Conforme já

mencionado anteriormente as estratégias comerciais adotadas impactaram nas despesas comerciais.

O crescimento do Lucro líquido não acompanhou o crescimento das receitas na mesma proporção devido ao mix realizado com menores margem.

4.2.4 Fluxo de Caixa Indireto

O Fluxo de caixa foi elaborado pelo método indireto, onde foi analisado os anos de 2013 e 2014, conforme tabela 4 que encontra-se abaixo.

Tabela 4 – Fluxo de Caixa

	2013	2014
Lucro Líquido Do Exercício	2.823.039	2.870.381
(+) Depreciação	572.048	477.658
(-) Equivalência Patrimonial		
(=) Lucro que afeta o Caixa	3.395.087	3.348.039
VARIAÇÕES DO CIRCULANTE	(3.128.234)	(1.244.781)
Varição de Contas a Receber	(429.767)	(4.300.592)
Varição de Créditos de Impostos	9.853	20.536
Varição de Estoques	(3.022.757)	281.192
Varição em Outros Ativos	490.642	2.882.113
Varição de Fornecedores	671.997	406.426
Varição de Empréstimos	(724.405)	(290.126)
Varição de Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	(30.775)	8.564
Varição de Obrigações Fiscais	(93.021)	(252.893)
Caixa Gerado nos Negócios	266.853	2.103.258
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.287.941)	(680.890)
Aquisição de novos investimentos		
Imobilizado/Ativo Fixo	(327.702)	(680.890)
Distribuição de Lucros/Dividendos	(1.960.239)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	279.836	(411.951)
Parcelamentos impostos	(251.718)	25.549
Empréstimos e Financiamentos	531.554	(437.500)
RESULTADO FINAL DO CAIXA	(1.741.252)	1.010.417
(+) Saldo Inicial de Caixa	2.046.529	305.276
(=) Saldo Final de Caixa	305.277	1.315.693

Fonte: Elaborada pela Autora

O saldo existente em outros ativos contempla as contas de: Outros Créditos, adiantamento a fornecedores, adiantamento de salário, despesa do exercício seguinte. A variação apresentada acima em sua maioria é representada pela conta de adiantamento a fornecedores, devido a negociação estratégica com os fornecedores estrangeiros. Essa negociação se fez necessário para empresa tendo como estratégia antecipar o tempo de recebimento de mercadorias importadas.

Em virtude da mudança no regime tributário adotado pela empresa, mesmo com o aumento da receita no ano de 2014 observa-se redução na conta de impostos e contribuições a recolher.

4.3 ANÁLISE DE DESEMPENHO

Após a coleta de dados será realizado uma análise de desempenho da empresa em estudo. Esta análise será realizada através da necessidade de capital de giro, indicadores, prazos médios e ebtida.

4.3.1 Necessidade de Capital de Giro

O Capital de giro é o capital necessário para financiar a continuidade da empresa. O quadro 19 apresenta a análise da necessidade de capital de giro da empresa em estudo.

Quadro 19 – Necessidade de Capital de Giro

NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO	2012	2013	2014
ATIVO CIRCULANTE OPERACIONAL (a)	13.473.007	16.470.358	17.687.275
Clientes a Receber	4.932.089	5.361.857	9.662.449
Impostos a Recuperar	422.548	412.695	392.159
Estoques	4.108.263	7.131.020	6.849.828
Outros Ativos Circulantes	4.010.106	3.564.787	782.839
PASSIVO CIRCULANTE OPERACIONAL (b)	6.637.113	7.185.313	7.347.410
Fornecedores (Material direto)	4.455.015	5.127.012	5.533.438
Obrigações Trabalhistas	721.046	690.270	698.834
Impostos a Recolher	1.461.052	1.368.031	1.115.137
NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO (a-b)	6.835.894	9.285.045	10.339.866
% Sob receita de vendas	16%	22%	20%
VARIAÇÃO DA NCG		2.449.151	1.054.820
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (d)	7.279.310	8.711.613	11.066.976
SALDO DE TESOURARIA (CCL – NCG)	443.416	(573.432)	727.111

Fonte: Elaborada pela Autora

Os dados apresentados acima mostram que a empresa possui um capital circulante líquido positivo nos três anos. Sua necessidade de capital de giro também foi positiva, significando que há necessidade de a empresa encontrar algum financiamento que possa ajudar em suas finanças. O saldo da tesouraria no ano de 2013 ficou negativo, sendo que neste ano a empresa financiou parte da NCG, aumentando seu risco de insolvência. Diante disso, pode-se observar que no ano de 2013 o capital de giro não foi o suficiente para cobrir a real necessidade operacional

da empresa, sendo que a única solução que a mesma encontrou para contornar essa situação foi buscar recursos junto as instituições financeiras. No ano de 2014 o saldo de tesouraria voltou a ficar positivo.

4.3.2 Comentário e Desempenho sobre NCG

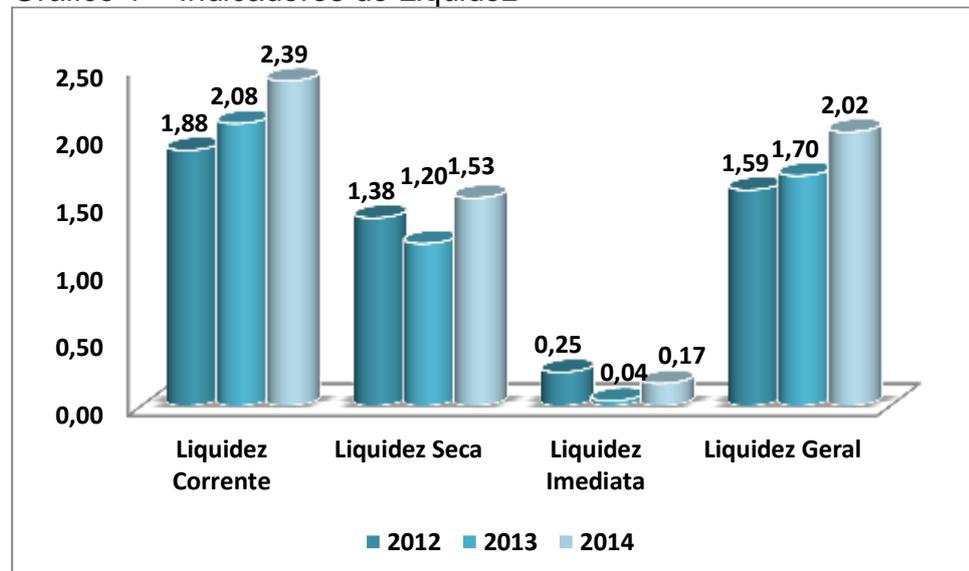
Pode-se observar que o crescimento da necessidade de capital giro nos três anos ocorre basicamente pelo aumento das contas a receber e estoques. A empresa utilizou recursos próprios para financiar clientes em atraso e em alguns casos renegociação de prazo de vencimento investindo assim mais em estoques.

4.3.3 Indicadores

Para a elaboração dos cálculos dos indicadores foram utilizados os dados dos demonstrativos contábeis. As análises serão realizadas com base nos dados oferecidos pela empresa em estudo e serão apresentadas através de gráficos.

Em primeiro será analisado os indicadores de liquidez, conforme demonstra o gráfico (1) abaixo:

Gráfico 1 – Indicadores de Liquidez



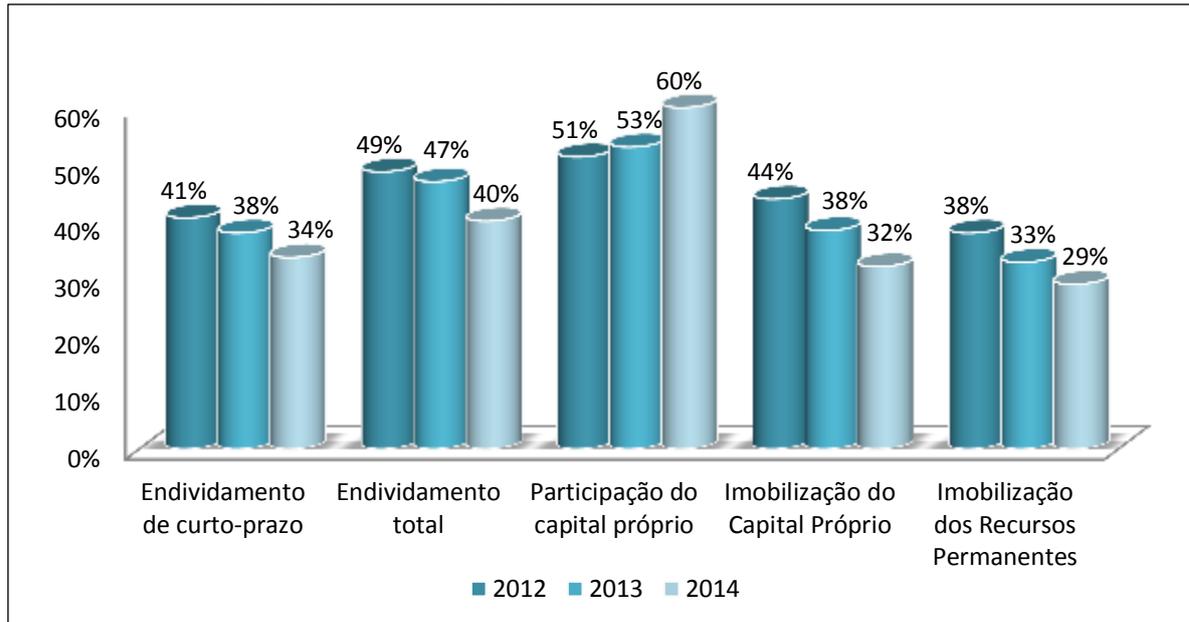
Fonte: Elaborada pela Autora

É possível observar em sua maioria, o crescimento dos índices de liquidez no decorrer dos anos em virtude das estratégias comerciais e consequentemente nas estratégias de compras. A redução da liquidez imediata no

ano de 2013 ocorreu devido ao auto índice de inadimplência do ano causado pela retração da economia.

A seguir serão analisados os indicadores de endividamento, que tem por finalidade evidenciar a estrutura que compõe o endividamento em relação ao capital próprio e de terceiros. Esta análise será apresentada, através do gráfico 2.

Gráfico 2 – Indicadores de Endividamento



Fonte: Elaborada pela Autora

Os indicadores de endividamento apresentados acima procuram dar indicações sobre o grau de intensidade de recurso de capital de terceiros no financiamento da organização. Com base nessas informações é possível verificar que o endividamento a curto prazo e o endividamento total tiveram uma redução em comparação aos anos de 2012 a 2014 em se tratando de recursos financiados por terceiros, a composição do tal variação é explicada pela quitação dos empréstimos e financiamentos a curto e longo prazo.

O índice de participação do capital próprio apresenta resultados positivos. Com base nas informações, pode-se analisar que no ano de 2012 apresenta para cada real do patrimônio líquido R\$ 51%, já no ano de 2013 R\$ 53% e no ano de 2014 têm R\$ 60% significando que a empresa não precisa de seu patrimônio líquido para liquidar com suas dívidas.

Em relação à imobilização do capital podemos observar que o mesmo apresentou uma redução, no período da análise a empresa não adquiriu nenhum

novo equipamento, porém seus lucros acumulou no período. Sobre a imobilização dos recursos permanentes foi possível observar que a empresa reduziu seus financiamentos no período.

4.3.4 Prazos

Conforme análise do triênio 2012/2014, o quadro 20 apresenta os prazos médios da empresa.

Quadro 20 – Prazos Médios da Atividade

PRAZOS MÉDIOS DA ATIVIDADE	2012	2013	2014
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO	42	47	67
PRAZO MÉDIO DE ESTOCAGEM	57	111	86
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	53	55	54
CICLO FINANCEIRO	46	103	99
CICLO OPERACIONAL	99	158	153

Fonte: Elaborada pela Autora

Nota-se que o prazo médio das contas a receber teve um aumento significativo nos anos de 2013 e 2014, isso ocorreu pelo aumento do faturamento e o alto índice de inadimplência em alguns anos. O estoque apresentou aumento considerável, representando 111 em 2013, isso ocorreu em razão da estratégia de compras adotada no ano. A empresa optou em adquirir mais estoque para melhorar o prazo de entrega ao cliente, pois assim não precisaria comprar e esperar chegar o matéria-prima, tendo estoque era só produzir com isso a organização teve maior poder de barganha nos prazos de pagamento pela compra antecipada.

4.3.5 Ebtida

A utilização do *Ebtida* ganha importância, porque analisar apenas o resultado final da empresa (lucro ou prejuízo) muitas vezes tem sido insuficiente para avaliar seu real desempenho em um dado período, já que muitas vezes é influenciado por fatores difíceis de serem mensurados. A seguir, por meio da tabela 5, vamos realizar uma análise do triênio 2012/2014 do *Ebtida* da empresa.

Tabela 5 – Ebtida

	2012	2013	2014
(+) Lucro Líquido Do Exercício	2.075.246	2.823.039	2.870.381
(+) Juros financeiros	338.058	482.143	917.471
(+) Impostos	1.045.397	1.424.490	1.482.815
(+) Depreciação	655.907	572.048	477.658
(+) Amortização	-	-	-
(=) EBTIDA	4.114.609	5.301.720	5.748.325

Fonte: Elaborada pela Autora

Desta forma o *Ebtida* representa o quanto a empresa gera de recursos em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos. Analisadas as informações da tabela 5, o *ebtida* apresentou um crescimento considerável nos três anos. No ano de 2012 R\$ 4.114.609 em 2013 R\$ 5.301.720 e em 2014 5.748.325, em 2014 esta variação se justifica, pois houve oscilação em função do nível de lucratividade que aumentou.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a gestão do capital de giro em uma empresa do ramo industrial metal – mecânico. Entende-se que a necessidade de administrar o capital de giro está presente em todos os níveis, cada vez com maior importância nos resultados das empresas. A administração do Capital de Giro é realmente fundamental para a continuidade de uma empresa e para a sua saúde financeira.

Existem ferramentas que contribuem e auxiliam para uma boa gestão de capital de giro, o correto uso dessa ferramenta certamente permite ao administrador financeiro subsídios para fornecer à empresa opções para a obtenção de recursos e para a correta aplicação dos mesmos na empresa, garantindo o atingir os objetivos propostos.

No objetivo geral desse trabalho almejou-se em analisar as variáveis que influenciam a gestão do capital de giro com base nas demonstrações contábeis de uma empresa que atua no ramo industrial metal-mecânico. Tal objetivo foi atingido no decorrer da fundamentação teórica e posteriormente aplicada no estudo de caso.

Em relação ao primeiro objetivo específico, elaborou-se uma pesquisa teórica na bibliografia existente sobre as ferramentas que a contabilidade utilizada para analisar os índices da empresa em estudo.

Quanto ao segundo objetivo específico, foi elaborado um estudo a partir das informações apresentadas nos Balanços Patrimoniais, DRE e Fluxo de Caixa de 2012, 2013 e 2014.

Em relação ao terceiro objetivo, foram aplicadas as informações obtidas nos Balanços Patrimoniais, DRE e Fluxo de Caixa, onde foi possível calcular os indicadores de liquidez, endividamento, necessidade de capital de giro, análise vertical e horizontal do balanço patrimonial e DRE da empresa em estudo.

Conclui-se que, diante disso fazendo uma análise mais detalhada na empresa, verificou-se que no ano de 2013 o saldo de tesouraria ficou negativo, sendo que neste ano a empresa financiou parte da NCG aumentando assim seu risco de insolvência, ou seja, no ano de 2013 o capital de giro não foi o suficiente para cobrir a necessidade da empresa, sendo que a única solução que a mesma encontrou foi buscar recursos a terceiros.

Em 2014 o saldo da tesouraria voltou a ficar positivo evidenciando assim que administração financeira da empresa obteve êxito nas suas tomadas de decisões. Diante disso pode-se concluir que empresa possui uma saúde financeira satisfatória, seu lucro aumentou em decorrer dos anos. Evidenciando que um planejamento financeiro bem administrado traz resultados positivos a empresa.

Diante do estudo, sugere-se que seja feitos novos estudos em relação ao capital de giro, podendo analisar e gerar informações para diminuir o prazo de estocagem dos estoques, prazos médios de pagamentos e recebimentos, que influenciam diretamente na necessidade de capital de giros das empresas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; ASSAF, Alexandre. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004. 231p
- ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 214 p.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Administração de capital de giro**. 2 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1997. 200 p.
- _____. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro: comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006. 371 p.
- _____. **Finanças corporativas e valor**. 4. ed São Paulo: Atlas, 2012. 716 p.
- ÁVILA, Alexandre Rossato da Silva. **Curso de direito tributário**. 3. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007. 456 p.
- AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentários às novas regras contábeis brasileiras: sociedades anônimas - sociedade de grande porte (Ltda e S/A) - Contabilidade para PMEs - RTT/FCONT/e-Lalur - Normas CFC + CPC - Leis nº 6.404/1976, 11.638/2007 e 11.941/2009 - Exemplos práticos**. 5. ed., rev. e atual. São Paulo: IOB, 2010. 702p.
- BARBIERI, G. **Demonstração das origens e aplicações de recursos: apresentação de um modelo para bancos comerciais**. Dissertação de mestrado. - São Paulo: USP/FEA, 1987.
- BERTI, Anélio. . **Custos: uma estratégia de gestão**. São Paulo: Ícone, 2002. 264 p.
- BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 221 p.
- _____. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BLATT, A. **Análise de balanços**. São Paulo: Makron Books, 2001. 227 p.
- BROM, Luiz Guilherme; BALIAN, José Eduardo Amato. **Análise de investimentos e capital de giro: conceitos e aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2007. 132 p.
- CATTELI, Armando. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica GECON**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001. 570 p.

CHING, Hong Yuh; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade & finanças: para não especialistas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003. 288 p.

DUTRA, René Gomes. **Custos: uma abordagem prática**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003. 394 p.

FRC , Comunicação e Design. Disponível em : <<http://www.frc.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima MariaPegorini. Aplicabilidade da Análise Dinâmica do Capital de Giro como Instrumento de Avaliação da Gestão Financeira em Cooperativas Agropecuárias.Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 129-150. Janeiro-abril 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed São Paulo:Pearson Addison Wesley, 2004. 745 p.

_____. **Princípios de administração financeira**. 12. ed São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 775 p.

HOJI, Masakazu. . **Administração financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégia financeiras, análise, planejamento e controle financeiro**. 2.ed São Paulo: Atlas, 2000. 428 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações (aplicável às demais sociedades)**. 7.ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007. 646 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade comercial: livros de exercícios**. 4.ed São Paulo: Atlas, 2000. 165 p

_____. **Análise de balanços**. 9. ed. rev. e atual São Paulo: Atlas, 2008. 254 p.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras : aplicações e casos nacionais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010. 603 p.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 3. ed São Paulo: Atlas, 2007. 306 p.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 247 p.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014. 252 p.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços:** abordagem básica e gerencial. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Análise Financeira de Balanços:** abordagem gerencial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 372 p.

MEGLIORINI, Evandir; VALLIM, Marco Aurélio. **Administração financeira:** uma abordagem brasileira. São Paulo: Editora *Pearson Prentice Hall*, 2009. 251p.

NETO, A. Alexandre. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico financeiro, comércio e serviços, Indústrias, Bancos comerciais múltiplos. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras.** 15.ed. rev. e atual São Paulo: Frase editora, 2007. 672 p.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária.** São Paulo: Saraiva, 2005. 274 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. . **Análise das demonstrações financeiras.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 267 p.

PADOVEZE. Clóvis Luís. **Introdução à administração financeira.** São Paulo: Pioneira *thomsonlearning*, 2005.

_____. **Contabilidade gerencial:** um enfoque em sistema de informação contábil. 5. ed São Paulo: Atlas, 2009. 625 p.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração das demonstrações contábeis.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 278 p.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis:** estrutura e análise. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003. 272 p.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços.** 6 ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Contabilidade Intermediária.** 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, Paulo André dos. **Administração de capital de giro uma abordagem.** 2007. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Santa Catarina. 2007.

_____. **Valuation:** um guia prático: metodologias e técnicas para análise de investimentos e determinação do valor financeiro de empresas. São Paulo: Saraiva, 2011.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, Jose Luiz dos; MARTINS, Marco Antonio. . **Avaliação de empresas**: foco na análise de desempenho para o usuário interno, teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006. 169 p.

SILVA, José Pereira. **Análise financeira das empresas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SOUZA, Milanez Silva. **Gestão da tesouraria das empresas**. Belo Horizonte, 2003.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001.

WEGNER, Douglas; CERENTINI, Adriano. Gestão do capital de giro na pequena empresa: um estudo de caso. **RACI: Revista de Administração e Ciências Contábeis do Ideau**, Getúlio Vargas, RS, v.2, n.5, p.73-87, jul. 2007.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa**: uma decisão de planejamento e controle financeiro. 10. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004. 335 p.